

AVALIAÇÕES ESCOLARES: MITOS E DESAFIOS, UM PROCESSO CONTÍNUO

FERREIRA, Tereza Maria da Silva

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de apoio ao desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).
E-mail: terezaceifa@hotmail.com

QUINTELA, Natalia da Silva

Graduanda em Letras com habilidade em Português/Literatura pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: natalia.quintela@yahoo.com

SILVA, Denize de Melo

Mestranda em educação brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de apoio ao desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).
E-mail: denisemellopedagoga@gmail.com

MARINHO, Gabrielle Silva

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará.
E-mail: gabrielle_marinho@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar conceitos que possam contribuir para a construção do significado de avaliação. Percebe-se a avaliação como um processo contínuo de ensino-aprendizagem, observável por meio dos níveis, modos e formas empregadas para avaliar. Contudo, visa tratar os programas e sistemas de avaliação nacionais: Prova Brasil e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apresentando suas justificativas, seus objetivos e metas, além das suas contribuições na educação brasileira. Os sistemas de avaliação do ensino foram criados, no Brasil, no fim da década de 80 e início da década de 90, pela necessidade de obter informações mais gerais sobre a educação. A pesquisa constitui-se como descritiva na abordagem qualitativa, a ser realizada por meio das técnicas pautadas na pesquisa bibliográfica. Como resultado principal, verifica-se que a avaliação configura-se como um ato que exige cuidado e deve ser adotada como instrumento auxiliador para o trabalho docente, pois o acompanha durante todo o processo de ensino e



aprendizagem e favorece novas tomadas de decisões e melhorias no processo educativo.

Palavras-chave: Educação. Sistemas de avaliação. Ensino-aprendizagem.

RESUMÉN

Este artículo tiene por objetivo presentar conceptos que contribuyen para la construcción del significado de evaluación. Percebase la evaluación como un proceso continuo de enseñanza-aprendizaje, observable mediante los niveles, modos y formas que pueden ser empleados para evaluar. Sin embargo, busca tratar de los programas y sistemas de evaluación nacionales: Prueba Brasil y Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB), presentando sus justificaciones, sus objetivos y metas, además de sus contribuciones en la educación brasileña. Los sistemas de evaluación del enseñanza fueron criados, en Brasil, al final de la década de 80 y en el comienzo de la década de 90, por la necesidad de tener informaciones más generales acerca de la educación. La investigación instituíse como descriptiva en la abordaje cualitativa la ser realizado mediante las técnicas pautadas en la pesquisa bibliográfica. Como resultado más importante de este estudio, verificamos que la evaluación es un acto que se requiere precausion y debe ser adaptado como instrumento ayudante para trabajo de enseñanza, pues la acompaña durante todo proceso de enseñanza-aprendizaje y favorece nuevas conquistas y mejoras en lo proceso educativo.

Palabras-clave: Educación. Sistemas de evaluación. Enseñanza-aprendizaje.



1 Introdução

Durante muito tempo, a avaliação foi considerada por professores e alunos como um instrumento para medir os acertos e erros dos estudantes, com o objetivo de dar a eles uma nota ou conceito. Era usada como uma espécie de fita métrica, colocada na mão do professor para medir o nível de conhecimentos dos alunos. Além disso, essa avaliação nada interferiu para mudar o jeito de ensinar do professor e o jeito de estudar do educando. Como na educação, geralmente, as mudanças acontecem de modo mais lento, existe, ainda hoje, muita gente que continua pensando e agindo dessa forma.

Embora presente em atividades simples do dia a dia, a avaliação é também uma forma de localizar as necessidades e se comprometer com sua superação. Na escola, ela existe para orientar o trabalho dos(as) professores(as) e dos alunos(as).

Partindo das concepções de uma pesquisa qualitativa, para tanto, iniciou-se por uma revisão bibliográfica, tendo em vista o entendimento dos problemas propostos, direcionada por abordagens, teorias e conceitos de acordo com o quadro teórico apresentado.

Em um primeiro momento, trataremos da avaliação como processo contínuo, pois em todo o processo de ensino-aprendizagem utilizamos diversas formas de avaliação.

No segundo momento, trataremos dos estudos de Bloom (1983), a avaliação do processo ensino-aprendizagem apresenta três tipos de funções: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e somativa (classificatória).

No terceiro momento, propomos analisar os campos e níveis de atuação, de acordo com Freitas *et al.* (2009), apresentando a importância da articulação dos mesmos: a avaliação de ensino



-aprendizagem (que ocorre em sala de aula), a avaliação institucional (sob a responsabilidade da instituição como um todo) e a avaliação de sistemas.

E, por fim, falaremos sobre as discussões acerca dos problemas da educação básica brasileira nos últimos anos, apontando a prova Brasil, que avalia a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro por meio de testes padronizados, aliados a questionários socioeconômicos, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que identifica o perfil das escolas. Unir esses dois fatores importantes para medição da qualidade educacional brasileira possibilita a equiparação entre estados, municípios e até entre escolas. Enquanto um mensura a aprovação e assiduidade do aluno, o outro tenta desvendar se este está aprendendo durante o tempo que permanece na escola.

2 Avaliação educacional: um processo contínuo

A avaliação é um valioso instrumento do professor e acompanha todo o processo de ensino-aprendizagem. Diferente da avaliação tradicional, que é realizada geralmente no final do ano letivo, falamos de uma avaliação que se faz presente durante toda a duração do processo educativo.

No início, ela serve para dar aos professores os elementos fundamentais para a realização do seu planejamento, para isso, informa quem são os alunos, que conhecimentos trazem, quais suas curiosidades frente ao saber, seus desejos, etc.

Durante o trabalho de sala de aula, a avaliação oferece os dados para que o professor possa agir como orientador, sempre atento para que todos consigam chegar com ele até a meta esperada. Para isso ‘puxa pela mão’ os que ficam atrasados, diminui os passos para ter certeza de que o grupo está conseguindo acom-



panhá-lo, imagina formas para diminuir as dificuldades encontradas, levando todos a se envolver e se ajudar. Para desenvolver esse papel, o professor precisa da avaliação para estar atento ao que acontece com seus alunos.

Mas como não sofrer com esse aspecto tão importante do dia a dia? É preciso ter em mente que não há certo ou errado, porém elementos que melhor se adaptam a cada situação didática. Observar, aplicar provas, solicitar redações e anotar o desempenho dos alunos durante um seminário são apenas alguns dos jeitos de avaliar, e todos podem ser usados em sala de aula, conforme a intenção do trabalho. Os especialistas, aliás, dizem que o ideal é mesclá-los, adaptando-os não apenas aos objetivos do educador, mas também às necessidades (e à realidade) de cada turma.

Avaliar é, ainda, um ato que exige cuidado e que não pode ser realizado de qualquer maneira. Para Luckesi (2011, p. 180), “Praticamos predominantemente exames escolares, em vez de avaliação; todavia, de forma inadequada, usamos o termo ‘avaliação’, para denominar essa prática”. O autor indica, em um panorama sintético, as diferenças entre examinar e avaliar:

Quadro 1 – Diferenças entre examinar e avaliar

EXAMINAR	AVALIAR
Pontual	Processual
Classificatória	Diagnóstica
Seletiva	Inclusiva
Autoritária	Dialógica
Estática	Dinâmica

Fonte: Elaborado a partir dos estudos de Luckesi (2005)

No campo escolar, muito se fala em termos associados à avaliação, tais como: diagnóstico, avaliação processual, formativa, somativa, etc. Cada autor acrescenta à sua teoria especifici-



dades que delimitam sua ideia, sugerindo diferentes nomenclaturas. No geral, podemos compreender que a avaliação sempre serve a um interesse, cumprindo, assim, uma função.

3 Análise vertical: funções e características da avaliação educacional

Desde o início do século XX, estudiosos têm despendido esforços em aprofundar o conceito, as funções e características da avaliação. O autor norte-americano Ralph Tyler é considerado o pai da Avaliação Educacional, pois, além de ter criado tal nomenclatura, modificou a forma de se pensar a aferição de conteúdos dos alunos no sistema escolar, propondo uma avaliação orientada por objetivos. A partir de seus estudos, uma série de autores se destacaram e aprofundaram seus conceitos, estabelecendo as linhas gerais da avaliação, papel do avaliador, instrumentos e técnicas de avaliar.

Sabe-se que a avaliação compreende uma gama de espaços, indo além da sala de aula. No entanto, no que concerne ao professor em sala de aula, é de muita valia compreender de que forma é possível avaliar o processo ensino-aprendizagem pelo qual seus alunos passaram, a fim de que se possa reorientar sua prática e impulsionar o desenvolvimento de toda a turma.

De acordo com os estudos de Bloom (1983), a avaliação do processo ensino-aprendizagem, apresenta três tipos de funções, a saber: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e somativa (classificatória), sobre as quais discorreremos a seguir.

A avaliação diagnóstica (analítica) é adequada para o início do período letivo, pois permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino e aprendizagem vai acontecer. O professor tem como principal objetivo verificar o conhecimento prévio de



cada aluno, a fim de constatar os pré-requisitos necessários de conhecimentos ou habilidades imprescindíveis que os estudantes possuem para o preparo de uma nova etapa de aprendizagem.

Esta forma de avaliação é utilizada objetivando predeterminar a maneira pela qual o educador deverá encaminhar, através do planejamento, a sua ação educativa. Tem como função estabelecer os limites para tornar o processo de aprendizagem mais eficiente e eficaz. Esta didática pode ser considerada como o ponto de partida para todo trabalho a ser desenvolvido durante o ano pelo educador.

Esta forma de avaliação pode ser utilizada antes e durante o processo ensino-aprendizagem, tendo diferentes finalidades. Sendo realizada antes do processo, tem como foco sondar se o aluno apresenta os conhecimentos necessários para que a aprendizagem possa ser iniciada. Se ocorrer durante o processo, será utilizada para identificar as causas das falhas de aprendizagem e possibilitar a implementação de recursos para corrigi-las.

É possível observar que a avaliação diagnóstica possui três objetivos:

- a) Identificar a realidade de cada aluno que participará do processo;
- b) Verificar se o aluno apresenta ou não habilidades e pré-requisitos para o processo;
- c) Identificar as causas de dificuldades recorrentes na aprendizagem.

Assim, é possível rever a ação educativa para sanar os problemas.

A avaliação formativa (controladora) é aquela que tem como função controlar, devendo ser realizada durante todo o período letivo, com o intuito de verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos anteriormente. Esta função da



avaliação visa, basicamente, avaliar se o aluno domina gradativa e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para a etapa subsequente.

É com a avaliação formativa que o aluno toma conhecimento dos seus erros e acertos e encontra estímulo para continuar os estudos de forma sistemática. Para que esta forma de avaliação ocorra é necessário que seja controlada e regulada, porque alia o estudo do aluno ao trabalho do professor. Também podemos dizer que é motivadora, haja vista evitar as tensões causadas pelas avaliações tradicionais.

A avaliação formativa permite ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, auxiliando na reformulação do seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. Para que seja realizada com eficiência, deve ser planejada em função de todos os objetivos, deste modo, o instrutor continuará seu trabalho ou o direcionará de forma que a maioria dos alunos alcance plenamente todos os objetivos propostos.

Por depender mais da sensibilidade e do olhar técnico do educador, esse formato de avaliação fornece mais informações que permitem a customização do trabalho do professor com base nas necessidades de cada aluno. Nesse sentido, a avaliação é um instrumento de controle da qualidade, tendo como maior objetivo o ensino de excelência em todos os níveis.

A avaliação somativa (classificatória) tem como função básica a classificação dos alunos, sendo realizada ao final de um curso ou unidade de ensino e classificando os estudantes de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos.

Atualmente, a classificação dos estudantes se processa segundo o rendimento alcançado, tendo por base os objetivos previstos. Para Bloom (1983), a avaliação somativa “objetiva avaliar de maneira geral o grau em que os resultados mais amplos têm sido alcançados ao longo e final de um curso”.



É através deste tipo de avaliação que são fornecidos aos estudantes os chamados *feedbacks*, que informam o nível de aprendizagem alcançado, se este for o objetivo central da avaliação formativa; e presta-se à comparação de resultados obtidos, visando, também, a atribuição de notas. Esta função também relaciona-se à certificação, ou aquisição de determinado grau, mediante a aferição de conteúdos, como, por exemplo, quando o sujeito encerra o ano letivo e encontra-se apto – ou certificado – a prosseguir os estudos.

Essas três funções da avaliação devem estar vinculadas a fim de se garantir a eficiência e a eficácia do sistema de avaliação, tendo como resultado final a excelência do processo ensino-aprendizagem. Por outro lado, é importante lembrar a necessidade de, em todos os casos, levar em conta a realidade da instituição como o número de alunos, objetivos, conhecimento técnico do professor, recursos materiais, etc.

Destarte, qualquer decisão nas formas de avaliar é preciso envolver direção, professor, alunos e responsáveis (quando é o caso). Se entendermos que a forma atual de avaliação está ruim, todos precisam se comprometer em melhorá-la, e isso envolve muitas mudanças, sendo o processo longo, assim como todo o processo de ensino-aprendizagem.

4 Análise horizontal: campos e níveis de avaliação

Se considerarmos a avaliação a partir de um conceito mais amplo, entenderemos que a avaliar ultrapassa os limites da sala de aula. Os estudiosos do tema lançam luz sobre o processo ensino-aprendizagem, por este ser repleto de percalços, fazendo com que a avaliação mereça especial cuidado. No entanto, sabemos que existem outras áreas educacionais as quais a avaliação encontra-se vinculada.



De modo geral, podemos considerar que a avaliação está essencialmente envolvida em fazer juízos de valor, fornecendo à sociedade afirmações de valor, mérito, melhoria, prestação de contas e, quando necessário, uma base para encerrar programas ineficazes (VIANNA, 2000).

Freitas *et al.* (2009) nos auxiliam na organização da avaliação educacional, dividindo-a em três níveis de atuação, bem com apresentando a importância da articulação desses níveis: a avaliação de ensino-aprendizagem (que ocorre em sala de aula), a avaliação institucional (sob a responsabilidade da instituição como um todo) e a avaliação de sistemas.

A avaliação de ensino-aprendizagem diz respeito à avaliação realizada em sala de aula e que tem como objetivo o acompanhamento escolar do aluno. Para Freitas (2009), esta avaliação é de responsabilidade exclusiva dos professores e da escola. Freitas *et al.* (2009, p.24) citam, como processos mais conhecidos de avaliação da aprendizagem, os testes padronizados, as provas feitas pelo professor e um conjunto de atividades avaliativas incluindo questões orais, tarefas dadas aos alunos sob supervisão e acompanhamento do professor, perguntas anexadas ao texto, provas informais de domínio da aprendizagem, *feedback*, entre outros.

De acordo com Andriola (2004), a avaliação institucional é um processo que permite a reflexão sobre a realidade estudada e que exige de todos os atores envolvidos o compromisso com o conhecimento e o conseqüente aprimoramento da realidade observada.

O terceiro nível contempla a avaliação de sistemas educacionais (ou em larga escala), cuja finalidade é orientar as políticas públicas. Freitas *et al.* (2009) explicam que cabe ao Estado, seja em nível nacional, estadual ou municipal, regular a qualidade da



Educação, bem como implantar medidas que garantam equidade no processo educacional.

Ainda consoante os autores, a ideia é que os resultados de uma avaliação em larga escala sejam encaminhados à escola para que, dentro de um processo de avaliação institucional, ela possa usar estes dados, validá-los e encontrar formas de melhoria, inclusive, para a avaliação realizada pelo professor em sala de aula.

Os campos da avaliação encontram respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996):

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Como podemos observar, a lei máxima da educação nacional indica a avaliação em sala de aula como um processo, no qual o aluno não pode ser avaliado em um dado momento, e sim durante todo o período escolar. O professor, portanto, deve ter atenção diária às diversas situações em sala de aula, acrescentando à observação diferentes instrumentos de verificação que a complementem.

É uma prática recorrente nas escolas a aplicação de uma ou duas provas durante um bimestre, recursos insuficientes para a avaliação dos alunos, pois a média do rendimento obtido nos dois instrumentos – aplicados geralmente no fim de cada período – não contempla a interação nas aulas, realização de exercícios, as respostas às questões orais do professor, elementos constituintes do processo educativo.



O caráter qualitativo se sobrepõe ao quantitativo na medida em que os instrumentos de verificação possam ser diversificados, possibilitando um retrato fiel da aprendizagem dos alunos durante todo o percurso escolar.

A transição dos campos da avaliação educacional é retratada por Vianna (2000, p.17) e, segundo ele, a avaliação “modificou a sua orientação e passou do estudo de indivíduos para o de grupos, e destes para o de programas e materiais instrucionais; na etapa atual, preocupa-se com a avaliação do próprio sistema educacional”.

A avaliação de sistemas, também conhecida sob a alcunha de avaliações externas ou de larga escala, aumenta seu campo de atuação e sujeitos envolvidos. Na passagem da avaliação de ensino-aprendizagem para avaliação de sistema, o procedimento avaliativo voltou seu interesse para “[...] grupos de indivíduos (alunos, professores, administradores, técnicos, etc); projetos, produtos e materiais; instituições e sistemas educacionais nos seus diversos níveis e competências administrativas, evoluindo, assim, para uma área bem mais ampla, que constitui o campo de macroavaliação” (VIANNA, 2000, p.22).

No Brasil, a necessidade de obter informações mais gerais sobre a Educação levou à adoção da avaliação de sistemas. Conforme Vianna (2000), a experiência brasileira em Avaliação Educacional está limitada no tempo, pois somente no fim da década de 80 e início da de 90, estudos e levantamentos dessa magnitude começaram a ser realmente realizados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) também apresenta aspectos relacionando à avaliação de larga escala e ao diagnóstico da realidade em função da qualidade que se deseja atingir.



Art. 9º – A União incumbir-se-á de:

VI. assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

Como se pode notar, esse campo tem um caráter constante, de modo a possibilitar a comparação ao longo do tempo; além de ser permanente, é periódico, atendendo às recomendações descritas por Tyler *apud* Vianna (2000): A avaliação deve verificar periodicamente, assim é capaz de fornecer subsídios para a análise crítica do objeto avaliado e para o aprimoramento do programa a partir de dados empíricos.

5 Sistemas nacionais de avaliação: tecendo reflexões

As discussões sobre os problemas da educação básica brasileira, nos últimos anos, têm sido pautadas com base nos sistemas de informação coletados e disponibilizados, que geram questionamentos e incitam novos estudos. Os resultados das avaliações de desempenho, especialmente com foco em língua portuguesa e raciocínio lógico, retratam um país cujo sistema educacional encontra-se deficitário, ao registrar sua colocação entre as últimas posições. Tal situação “assume contornos diferentes quando compreendemos como a avaliação se inseriu historicamente na gestão do sistema educacional brasileiro” (COELHO, 2008, p. 230).

De acordo com os estudos de Freitas (2007), podemos compreender que há uma falsa perspectiva quando se fala que o interesse pela avaliação educacional no Brasil iniciou-se somente nos anos 90, com a institucionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).



5.1 Prova Brasil

A Prova Brasil constitui uma avaliação de diagnóstico desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Seu objetivo é avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro, por meio de testes padronizados aliados a questionários socioeconômicos.

São avaliados estudantes no final das etapas de ensino – 5º e 9º anos do ensino fundamental –, focalizando a capacidade leitora e de resolução de problemas matemáticos. Professores e diretores das turmas avaliadas também respondem, acrescentando informações sobre dados demográficos, perfil profissional e condições de trabalho.

A Prova Brasil baseia-se em matrizes de referência, construídas a partir da indicação de quais competências e habilidades devem ser avaliadas. A metodologia de análise utilizada é a Teoria de Resposta ao Item (TRI), por possibilitar a análise por item e não pela prova como um todo. A Prova Brasil também gera um índice de proficiência entre 0 e 500, onde os conhecimentos se dão em escala crescente, isto é, as habilidades do 5º ano do Ensino Fundamental devem ser inferiores às do 9º ano e, por conseguinte, também inferiores às da 3ª série do Ensino Médio. Dessa forma, podemos estabelecer uma visão do avanço obtido pelo alunado durante a Educação Básica e dos conteúdos aprendidos.

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) pelo Inep, como uma iniciativa de identificar o perfil das escolas. Os dados relacionados ao fluxo escolar (aprovação, evasão e abandono) e as médias de desempenho em avaliações nacionais (Prova Brasil) são organizados em um ín-



dice que varia de 0 a 10. A ideia é unir dois fatores importantes para medição da qualidade educacional brasileira, possibilitando a equiparação entre estados, municípios e até entre escolas. Enquanto um mensura a aprovação e assiduidade do aluno, o outro tenta desvendar se este está aprendendo durante o tempo que permanece na escola.

Com metas estabelecidas até 2021, o Ideb concilia resultados da Prova Brasil, obtidos pelos estudantes no final das etapas de ensino, em Língua Portuguesa e Matemática, com informações sobre rendimento escolar. O Ideb, como indicador educacional, oferece elementos de controle sobre a relação ensino-aprendizagem no país, servindo como diagnóstico e um norte para ações políticas com foco na melhoria do sistema educacional, detectando as escolas com alunos que apresentam baixo rendimento, bem como monitorando o desempenho dos alunos nessas escolas.

Quanto melhor o desempenho dos alunos nos testes e maior a taxa de aprovação, mais elevado será o Ideb. O indicador mede a qualidade do ensino da escola e rede em que os estudantes aprendem o que é adequado à idade. Possibilita captar distorções como:

- a) Passam todos os alunos: melhora do fluxo escolar com impacto negativo sobre o desempenho.
- b) Eliminam-se os piores alunos: melhoria de desempenho decorrente de piora no fluxo escolar.

6 Considerações finais

A avaliação no processo de ensino-aprendizagem possibilita investigar e refletir a respeito da ação do aluno e do profes-



sor, instigando a transformação, tendo diferentes metas, sendo uma delas propor novos métodos de estudo e pesquisa.

A avaliação e o planejamento estão interligados. Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto. Portanto, a avaliação não existe se não for prevista no planejamento.

Apresentamos, neste artigo, os conceitos, funções, campos e níveis de avaliação. A avaliação é concebida como um processo coletivo, dialógico, que integra alunos, instituição e gestores. Pode-se inferir que o processo avaliativo promovido visa auxiliar na melhoria do ensino, pois traduz a necessidade de tornar o saber acessível ao aluno, que o estimule e auxilie nesse processo complexo de aprendizado contínuo.

Observou-se que a avaliação deve, pois, ser parte integrante da sistemática de proposição de reformulações na busca de respostas, visando à análise não só do produto da aprendizagem, mas, sobretudo, de seu processo. Avaliar, nesse sentido, dever ser uma prática processual e contínua, visando à aprendizagem qualitativa e eficaz.

A construção dos conceitos em avaliação foi suporte para a compreensão do estudo e da sua colaboração enquanto experiência empírica. A pesquisa gerou novas inquietações, no que diz respeito aos sistemas nacionais de avaliação educacional no Brasil. Diante disso, os produtos das respectivas avaliações constituem-se como insumos e sugerem melhorias sob o aspecto direcionado à organização do espaço e dos mecanismos vinculados à prática de um ensino mais contextualizado a fim de garantir a aprendizagem significativa.

Todavia, o ato de avaliar pode ser caracterizado um mecanismo repleto de ajuizamento de qualidade do objeto avaliado,



aspecto que corresponde a uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. O processo avaliativo torna-se fator de desenvolvimento e melhoria.

Nesse contexto, a avaliação vinculada por suas extensões e concepções extraídas da referida pesquisa, buscou o desvelamento das etapas do processo de ensino-aprendizagem, os currículos e as práticas inseridas nos contextos educacionais.

A pesquisa sugere fontes empíricas e teóricas que darão subsídio às etapas de reformulações e melhorias do ensino. Pensa-se, portanto, em estratégias significativas referentes à comunidade educacional que integre o aprendizado às necessidades observadas na escola e nos processos de aquisição do conhecimento.

Referências

ANDRIOLA, W. B. Propostas Estatais Voltadas À Avaliação Do Ensino Superior Brasileiro: Breve Retrospectiva Histórica Do Período 1983-2008. *REICE*. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, v. 6 n.4, p.128-148, 2008.

BLOOM, B. S. *et. al. Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

COELHO, M. I de M. Vinte anos de avaliação da Educação Básica no Brasil: aprendizagem e desafios. *Ensaio: aval. pol. públic. Educ.*, v. 16, nº 59, p. 229-258, 2008.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. *A avaliação da Educação Básica no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, L. C.; SORDI, M. R. L.; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LUCKESI, C.C. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 180.



_____. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares, 2005, p. 15-18.

VIANNA, H. M. *Avaliação Educacional: Teoria, Planejamento e Modelos*. São Paulo: IBRASA, 2000.

